

ATA DA 170ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018.

DATA, HORA, LOCAL: aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 08 horas, na Sala de Reunião dos Conselhos, na sede da Instituição, situada na Av. Visconde de Porto Alegre, n°. 486, Centro, reuniu-se, em regime ORDINÁRIO, o Conselho de Administração. **CONVOCAÇÃO:** os membros do Conselho de Administração da Amazonprev compareceram atendendo à convocação realizada por meio do Correio Eletrônico. **PRESENCAS:** **Sr. Wander Araújo Motta**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nesta sessão, **Sr. Marcelo Moraes Castello Branco**, Membro Titular, representante dos segurados ativos e inativos do Poder Judiciário, **Sra. Maria da Conceição Guerreiro**, Membro Titular, representante da primeira Vaga das Secretarias de Estado, **Dr. Vander Laan Reis Goes**, Membro Titular, representante dos segurados ativos e inativos do Poder Legislativo e **Sr. Valdir Rodrigues Barbosa**, Membro Titular da segunda vaga como representante das Secretarias de Estado, **Sra. Maria Adelaide Ribeiro Cruz**, Diretora de Administração e Finanças **Sr. Leonardo Cavalcanti**, Gerente da GERAF, **Alan Cynara Batista Nascimento**, Coordenador da GERAF/COFIN e **Flaviana Galúcio Zoumbounelos**, Coordenadora da GERAF/CODAC. **AUSENTES:** **Dra. Carla Braga**, Presidente, **Dr. Mirtil Fernandes do Vale**, Membro Titular, conforme explicações nas reuniões 150ª e 145ª do CONAD, respectivamente, **Sra. Dolores Garcia Rodrigues**, Membro Titular, solicitada sua exoneração, por e-mail, em março de 2017, além do

Dr. Marcio Rys Meirelles de Miranda, Presidente da Amazonprev, em virtude de convocação para reunião na Casa Civil, com todos os Secretários, conforme explicado pela Dra. Adelaide. **Secretário: Sr. Adelson Maciel Dantas.** ORDEM DO DIA: Os assuntos da pauta, previamente encaminhados aos membros, foram discutidos na seguinte ordem: **1. Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Janeiro/2018; 2- Balancete de Janeiro/2018; 3- Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Fevereiro/2018; 4- Balancete de Fevereiro/2018; 5. Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Março/2018; 6- Balancete de Março/2018;** . Antes de iniciar a reunião, o Presidente da Sessão recebeu os servidores da Fundação Amazonprev, que solicitaram pauta para expor a situação do PCCR, iniciando o servidor Jorge Pietro que os servidores reconhecem o quanto o Presidente e a Diretora têm lutado arduamente para a implementação desse Plano de Cargos, mas os servidores já chegaram em um momento em que não podem mais passar despercebidos. Relatou que a história dos servidores começou em 2005, quando ingressaram na Instituição e desde então os servidores pleiteiam o Plano de Cargos, ressaltando que houve um Plano enquanto eram celetistas e quando mudou para Fundação, em 2011, ficou deliberado que haveria um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração. Afirmou que a Lei Complementar nº 30/01, alterada pela Lei Complementar n. 93/2011, trouxe a previsão em seu art. 60 para aprovar o Plano em até 90 (noventa) dias, o que venceu no mês de fevereiro de 2012. Explicou que foi feito um Plano, à época, assim como a reserva financeira para a sua implementação, mas sem êxito. Continuou informando que em 2013 foi remontada a Comissão, momento em que foi elaborado um novo Plano para atender as necessidades dos servidores. Esse Plano foi aprovado pela Diretoria em 2014, mas também não foi implementado por decisão do Governo, reconhecendo a Comissão de

Servidores que apesar dos esforços da Presidência, os Governos nunca implementaram o PCCR da Fundação Amazonprev. Asseverou o servidor Jorge Pietro que desde 2014, todas as categorias do Estado têm tido êxito nos seus Planos de cargos e nos seus reajustes, continuando os servidores do Fundo Previdenciário sendo preteridos, não entendendo a razão disso, a despeito da performance técnica da Instituição que é do conhecimento do Conselho Fiscal. Disse que em 2017 ou 2016, sem saber a informação exata, a rentabilidade no mercado financeiro foi quase o mesmo valor da contribuição recebida no ano, comparando que os recursos previdenciários foram da ordem de 365 milhões e a performance da rentabilidade foi de R\$ 270 milhões, sem ter certeza quanto aos valores. Enfatizou os prêmios recebidos pela Fundação Amazonprev - Prêmio de Qualidade, Certificação de Qualidade, Prêmio de Melhor Previdência do País na Categoria de Estado, mas o pleito dos servidores continua entravado, emperrado. Os servidores da Instituição, a despeito de serem concursados, efetivos ou não, são pessoas muito trabalhadoras, afirmando que os concursados têm mais de uma graduação, todos têm pós e alguns com outras titulações, maiores ainda, dizendo que nada disso é valorizado. Afirmou que os servidores estão em uma situação crítica de suas vidas, porque estão sem reajuste desde 2014, ano em que o Plano foi encaminhado pela última vez; que os servidores tinham fixado uma data em 2015 quanto à retroatividade financeira, para que a perda não fosse tão grave; que posteriormente o Governo, por meio da Consultoria Técnico Legislativa, alterou a data do retroativo para 2017 e por conta dessa alteração, foi dito (pelo Governo) que se os servidores abrissem mão do período compreendido entre 2015 e 2017, o Plano seria imediatamente aprovado. Os servidores fizeram uma manifestação, abrindo mão desse período e mesmo assim a publicação não ocorreu, informando que os servidores já perderam 2 anos dessa retroatividade e a situação

está cada vez mais crítica, informando que os meios de transporte (particulares) estão sendo vendidos, com muitos servidores andando de ônibus; alguns servidores já estão entregando seus imóveis, porque não estão aguentando mais pagar a prestação, pois o salário não acompanha mais a inflação; enfatizando que outros entregarão (seus imóveis) se continuar dessa mesma maneira; os filhos dos servidores estão saindo das escolas particulares para irem para a escola pública, complementando que se hoje são servidores da Fundação Amazonprev, é porque seus pais proporcionaram uma educação de qualidade, mas que está chegando a um ponto que seus filhos terão que ir para escola pública. Informou o servidor que a situação é tão crítica que os servidores decidiram extrapolar as esferas administrativas da Instituição, procurando mobilização e visibilidade, a despeito das tratativas que o Presidente vem empreendendo, para somar esforços. Informou que a Comissão propôs algumas alternativas enquanto o Plano não é aprovado, citando a Gratificação de Atividade Técnica-GATA; o reajuste financeiro; a Gratificação de Produtividade, além da aprovação do próprio Plano de Cargos, concluindo que tanto o Plano de Cargos quanto à Gratificação de Produtividade e a data-base estão previstos na Lei Complementar nº 30/2001, sem necessidade de atos governamentais. Asseverou que buscam do Conselho Fiscal a sensibilização para a situação, informando que foram comprometidos com o trabalho até onde foi possível e ainda está sendo, mas não está dando mais para suportar a situação financeira que está sendo imposta, repetindo que não consegue entender porque as demais categorias conseguem as aprovações dos seus Planos de Cargos e para os servidores da Amazonprev sempre é utilizado o argumento do limite prudencial ou o período eleitoral. Informou que em 2017, quando o Governador era o Deputado David Almeida, o Presidente Márcio conseguiu que a Procuradoria Geral do Estado

emitisse um parecer sobre o PCCR da Amazonprev, respondendo aquela especializada que poderia ser aplicado porque não havia vedação eleitoral, devendo somente ser observado o limite prudencial, mas o Governador decidiu não fazer ao dizer que poderia opinar diferente da PGE e na época declinou. O servidor Jorge Pietro Pietro disse que quando a Comissão esteve na Casa Civil questionando a razão do PCCR não ter sido enviado à Assembleia, informaram que estavam enviando somente os processos que estavam sendo solicitados, entendendo a Comissão que não era uma questão técnica, mas de influência; que a SEFAZ deu parecer desfavorável à aprovação dos Planos porque iria infringir a questão do limite prudencial, embora, por mais que existissem outros Planos, todos os outros servidores já têm Planos, a contrário dos servidores da Amazonprev; que os servidores (de outros órgãos) estão pleiteando melhorias em seus Planos de Cargos, enquanto a Amazonprev ainda não tem o seu; que o impacto do PCCR da Amazonprev é de R\$ 300 mil/mês, enquanto que o impacto estimado da SEDUC é de aproximadamente R\$ 9 milhões, mesmo patamar das outras categorias, como Polícia Civil e SUSAM; que financeiramente não há qualquer ônus para o Governo, pois todo esse impacto financeiro é dentro da taxa de administração, assim como valores retroativos. O servidor complementou informando que os servidores respondem com os seus patrimônios perante o Tribunal de Contas do Estado por cuidarem do patrimônio público, que já chega a R\$ 4 bilhões de patrimônio, valor este incompatível com a situação vivida pelos servidores. Lembrou o Agente Previdenciário que, talvez no ano de 2017, a meta atuarial era 12% e foi atingido 18% de performance, mas que o Governo não leva em consideração as qualidades técnicas do corpo funcional, complementando o servidor André Bentes a manutenção do CRP. 1

Jorge Pietro disse que existem várias famílias, como a dele, que a esposa não trabalha para poder cuidar dos filhos menores, sendo o

salário do servidor o único a sustentar a casa. Resgatou as palavras da Presidente em exercício do Conselho Fiscal, Dra. Ligia da Silva Barros, que mencionou na última reunião daquele Conselho que os servidores da Amazonprev são uma elite dentro do serviço público, enfatizando que apesar desse fato, os servidores estão desacreditados, pois isso vem sendo falado há anos, sem efeito, sem que a contrapartida à mencionada elite aconteça, citando ainda que a defasagem financeira já corroeu mais de 35% (trinta e cinco por cento) do poder de compra, perdido ao longo desses 4 anos. Mencionou que quando teve a oportunidade de falar com o então Governador David Almeida, disse que o Governo sempre usa, quando a lei está a desfavor, a questão técnica, que é por causa da LRF que o Plano não sai; e que quando está tudo a favor, como foi na gestão dele, aí é questão política. Frisou que o Conselho de Administração tem respaldo junto ao Governo do Estado e que os servidores precisam de apoio para a aprovação do Plano de Cargos e também nas medidas paliativas, referindo-se à GATA, Abono, Gratificação de Produtividade e o reajuste, no intuito de ganharem fôlego. A Dra. Aline disse que os servidores não querem chegar a parar suas atividades, que os servidores estão trabalhando no limite e que pelo fato do Plano estar na Casa Civil desde 2014, se aprovado hoje, será mera reposição, sem aumento real, destacando que o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas já alertou que a não aplicação do Plano representa um problema, enviando constantes notificações sobre o fato. Jorge Pietro lembrou que é por isso que cansou de falar das conquistas, pois não surtem efeito algum, porque o Gestor olha e entende que a Instituição está funcionando; afirmou que os servidores sabem de cor suas conquistas, citando o fato do único CRP administrativo do país é o da Amazonprev (todos os outros Estados já ingressaram judicialmente para conseguirem seus CRPs), bi certificação

em qualidade, em prêmio de melhor gestor de previdência; acredita que, em apenas um ano, não foi atingida a meta atuarial, pois foi um ano muito difícil; que os Processos cada vez mais estão com fluxos reduzidos, os servidores estão trabalhando em menor intervalo de tempo para conceder um benefício e por isso cansaram de falar. A Dra. Aline quis deixar consignado que se permanecer a dificuldade para aprovação do Plano, seja dado algo paralela e alternativamente: reajuste, Abono, Gratificação de Produtividade, Gratificação de Atividade Técnica, de modo a sanar questão remuneratória momentânea, porque a situação está muito difícil e nunca os servidores da Amazonprev fizeram tantos empréstimos dentro da Instituição; que a desmotivação impera e não dá mais para continuar. O servidor André Bentes registrou que o sentimento é de decepção, pois todos os servidores de outros órgãos conseguem, menos os da Amazonprev. O Agente Pietro disse que todos já estão nos seus limites, em informação complementada pela Dra. Aline, quando informou que na Gerência Jurídica tem 4 servidores afastados, de licença, e que em breve terão outros afastamentos, por doença, depressão. O servidor Jorge Pietro agradeceu, em nome dos servidores, o trabalho incansável do Presidente e da Diretora, reconhecendo os esforços para a aprovação do Plano de Cargos, agradecendo ainda ao Conselho de Administração pela oportunidade de expor a real situação dos servidores. O Dr. Wander Mota defendeu a mobilização, entendendo que o pleito tem que sair das paredes da Amazonprev, pois a responsabilidade dos servidores da Fundação Amazonprev é grande, eis que é o patrimônio dos Servidores Públicos do Estado que está nas mãos desses servidores, que não podem ser mal remunerados. Frisou que a paralisação da Amazonprev é a última das decisões que podem ser tomadas e que é através de negociações que as coisas acontecem. Colocou a ALE à disposição para iniciar um debate com os

Deputados da base do Governo e oposição, relatando que presenciou debates referentes aos Planos das Polícias Militar e Civil, Saúde, Educação, todos sendo aprovados. Afirmou que as discussões no âmbito da ALE reverberam por causa da Imprensa e que independente de questão política, a solicitação é justa. Informou que consegue articulação na ALE para exposição pelos servidores da Amazonprev. Entende que a arrecadação do Estado tem melhorado, o que permitiu que as perdas dos servidores da ALE fossem repostas e autorizou a Diretoria a repassar o seu contato para agendamento de reunião, caso seja do interesse. A Diretora de Administração e Finanças pediu o pronunciamento da Conselheira Maria da Conceição sobre os itens orçamentário, financeiro e limite prudencial, destacando que no processo existe a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, SEAD e SEFAZ, tendo esta última sido contatada para procurar mostrar que a questão financeira não é problema, pois existe *superávit* orçamentário para suportar a aprovação do Plano e Cargos e que nesse momento o impacto estava no limite prudencial. A Conselheira Conceição informou que quando recebeu o processo da Amazonprev esteve pessoalmente com o Secretário de Fazenda, que procurou saber qual o impacto na LRF. Informou a Conselheira que o impacto da Amazonprev era o mais baixo de todos os Planos que passaram no período (0,02%). Informou que pelo fato do Estado estar no limite, a questão do impacto era essencial e que todos os Planos vão impactar; que foi feita uma projeção de receitas e que se essa projeção não se concretizar não sabe como o Estado vai pagar esses aumentos. Disse que na sua conversa com o Secretário de Fazenda informou que o único impedimento para a aprovação do Plano era o impacto de 0,02%, mas salientou que havia orçamento, que a aprovação do Plano da Amazonprev não impactava no recebimento da receita para pagar a folha, sendo o único impacto o limite, que já está impactado, e que

não vai impactar na receita porque a Amazonprev tem recursos próprios. Registrou que fez o que pôde naquele momento e que em pouco tempo o processo foi liberado, tendo despachado todos os demais processos juntos para evitar que fosse dado tratamento diferenciado ao da Amazonprev, até porque verificou que o impacto da Amazonprev era o menor de todos. Na oportunidade, comprometeu-se a levar o assunto ao Secretário como mais um aliado na articulação com o Governador. Concordou que a situação do Plano de Cargos da Amazonprev é uma questão política, informando o servidor Jorge Pietro que o Plano está na Casa Civil desde 2014. A Sra. Conceição informou que sempre houve o *superávit* orçamentário e que naquela época (2014) seria mais fácil a aprovação. Comprometeu-se a interceder junto ao Secretário de Fazenda, informando que outros Planos precisam de orçamento e arrecadação, diferente da Amazonprev, alertando mais uma vez que se o Estado não arrecadar vai ficar difícil de cumprir o que já foi comprometido com a aprovação dos outros Planos, eis que os reajustes foram concedidos com base na projeção da arrecadação. O servidor Jorge Pietro informou que os servidores estão tentando ser vistos, extrapolando as questões administrativas e que apesar do empenho da Diretoria, não estão tendo resultado efetivo. Disse que a intenção é expandir o conhecimento da situação; que o CONAD conhece bem a instituição e caso a situação não se resolva, algumas medidas precisarão ser tomadas. Alertou que a Instituição corre o risco de perder um quadro de servidores de excelência, de difícil reposição em curto espaço de tempo. Frisou que há identificação com a filosofia de trabalho e que com essa situação perdem os segurados, a Instituição e o Governo do Estado. O Dr. Wander Mota defendeu que a situação não é difícil de resolver e se comprometeu a levar a carta dos servidores aos Deputados da ALE, pedir pauta com o Deputado Dermilson Chagas e Vicente Lopes, respectivamente, líder e



vice-líder do Governo. Informou que tem acesso aos Deputados e que vai fazer a narrativa dos fatos, posicionando a DIRAF e que independente de qualquer situação, está à disposição, pedindo aos Conselheiros que cada um faça a sua parte. O servidor André Bentes informou que Amazonprev é o único órgão do Estado sem PCCR, que desde 2014 todas as categorias foram contempladas, menos a Amazonprev, que o Governador enviou na mensagem da SUSAM que o reajuste concedido não chegaria a impactar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a vedação eleitoral parece não se aplicar aos outros órgãos e que o parecer específico da Procuradoria Geral do Estado afirma que a implantação de PCCR não se confunde com a vedação argumentada, lembrando que a Lei Orgânica da PGE preconiza que as matérias submetidas à aquela especializada esgotam a discussão, só podendo discordar o Governador do Estado. O servidor Jorge Pietro discorreu sobre a não ocorrência da vedação, que o próprio Tribunal Regional Eleitoral já se manifestou dizendo que a aprovação de Plano de Cargos em período eleitoral não importa em vedação; que o Presidente da Amazonprev trouxe posicionamento da AGU falando sobre a não vedação e que o impacto no limite prudencial é mínimo. O servidor André Bentes disse que é vergonhoso um Secretário de Estado receber salário de R\$ 11 mil, salientando que acha errado o reajuste das outras categorias. A advogada Aline Wright agradeceu o apoio do CONAD, informando que os servidores irão à ALE na semana vindoura para expor a situação dos servidores e manifestou desejo de levar os outros pleitos adiante. A Diretora de Administração e Finanças resgatou as palavras do Diretor-Presidente na reunião do Conselho Fiscal de 25 de abril, informando a existência de uma frente de apoio junto ao Governo e que o Dr. Marcio estava esperando um membro da comissão que estava em viagem para poder reunir com o Governador do Estado para discutir as duas frentes, a

aprovação do Plano de Cargos e o reajuste, tendo os servidores de retirado da Sessão. O Conselheiro Valdir Rodrigues Barbosa resgatou a fala do Presidente da Sessão no tocante à melhoria da arrecadação, alertando que os investimentos industriais estão em baixa e que a SEFAZ está trabalhando com novos campos de possíveis riquezas. Como Auditor, relatou problemas dentro da Secretaria, questões jurídicas e que estão sem reajuste há 4 anos, que já ficaram períodos mais prolongados e que a situação dos problemas relatados é genérica e que a classe fazendária age com responsabilidade, similar à postura dos servidores da Fundação Amazonprev. O servidor Jorge Pietro disse que a espera pelo Plano de Cargos já perfaz 13 anos, que existem recursos financeiros e que o problema seria, teoricamente, orçamentário. Alertou que existem categorias que já foram contempladas mais de uma vez com a aprovação dos seus Planos de Cargos e a Amazonprev é preterida, afirmando que a esta Fundação é o único ente estatal sem Plano de Cargos, frisando faltar apenas a questão política para a sua implementação.

DELIBERAÇÕES: Todos os assuntos foram conduzidos pelo Presidente da Sessão, devidamente complementados, quando solicitado, que, depois de discutidos amplamente com todos os presentes, tiveram as seguintes deliberações: **1. Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Janeiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV n° 05/2018; **2- Balancete de Janeiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV n° 006/2018; **3- Relatórios de Governança Corporativa referente ao mês de Fevereiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal da AMAZONPREV n° 007/2018; **4- Balancete de Fevereiro/2018; A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, por meio do Parecer Prévio do Conselho Fiscal

da AMAZONPREV nº 008/2018. O Presidente da Sessão solicitou que o mês de março seja analisado na reunião do mês seguinte, para ser verificado junto com o mês de abril. A Diretora de Administração e Finanças informou que o Conselho Fiscal aprovou os três meses, mas que não havia problema em atender à solicitação do Presidente da Sessão. Indagou sobre o Termo de Confissão de Dívida da SEAS e sobre a UEA, comprometendo-se a Diretoria em sintetizar esses dois assuntos. na próxima reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, da qual eu, Adelson Maciel Dantas, participei na qualidade de Secretário, redigindo a presente Ata que assino com os senhores Conselheiros abaixo nominados.


Adelson Maciel Dantas

Assessor, no exercício da
Gerente do GADIR

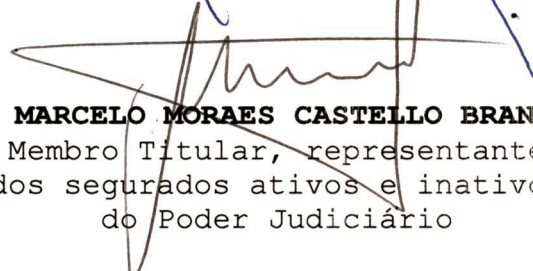

**MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRA DA
SILVA**

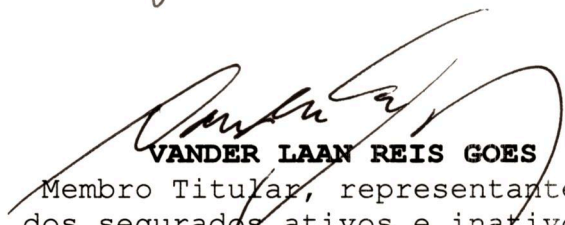
Membro Titular da Primeira Vaga
como representante das
Secretarias de Estado


VALDIR RODRIGUES BARBOSA

Membro Titular da Segunda Vaga
como representante das
Secretarias de Estado


WANDER ARAÚJO MOTTA
Presidente da sessão


MARCELO MORAES CASTELLO BRANCO
Membro Titular, representante
dos segurados ativos e inativos
do Poder Judiciário


VANDER LAAN REIS GOES
Membro Titular, representante
dos segurados ativos e inativos
do Poder Legislativo.